

25-03-2024

## ELOGIO AO PESSIMISMO

John Carlos Alves Ribeiro

[Professor. Instituto Federal de Goiás. Membro do Dona Alzira]

No Grupo de Estudos MultiVisat (remoto), em 28/02/2024, tivemos uma reunião prazerosa e afetuosa, logo após o “*III Colóquio Toda Nudez não será castigada*” (Rio de Janeiro, 23-25/02/24). Reunião, portanto, carregada de memórias ainda frescas e, talvez, também de sensações vivenciadas ao longo do evento. A sessão pipoca do GE (sigla carinhosa) abordava o documentário “*Elizabeth Teixeira: Mulher da Terra*” (TV Assembleia PB, 2017), comentado pela Profa. Rosângela Gaze., felizmente, recém aposentada (ainda ouviremos canções sobre essas mulheres e homens que alcançaram a aposentadoria).

O momento, como de costume, foi muito rico e de muito aprendizado. Mas, não estou aqui para tratar da abordagem necessária e importantíssima da presença das mulheres nas lutas pela terra e como lideranças políticas em nosso país. Não estou aqui também para me aprofundar ainda mais no debate sobre a necessidade de Reforma Agrária no enfrentamento da estrutura fundiária e socioeconômica implantada em nosso país desde o início do processo colonial/escravista. Tampouco estou aqui para recordar as falas emocionadas de colegas, como a do Domingos Viramundo sobre sua mãe D. Goia, também mulher de luta; ou sobre as falas contundentes sobre o tema e sua relevância, como as de Eguimar, Rosivaldo, Marcelo, Damiana e Rosângela. Para não cansá-los dizendo o que não vim fazer, vamos ao que interessa. Estou aqui para falar da provocação do Fadel sobre seu pessimismo crônico e, conforme seu ponto de vista, necessário ao engajamento nas lutas que buscam desconstruir/transformar a realidade em que vivemos. Estou aqui para dizer da importância de nos importarmos (com o perdão da redundância) com aquilo que realmente importa: a vida com dignidade. Fadel expressou um elogio ao pessimismo, esclarecendo que ele é necessário para não nos colocarmos na posição cômoda de normalização das perversidades da vida contemporânea. Deixou muito claro que ser otimista é para quem vive satisfeito com as atuais regras do jogo, quem busca a felicidade na riqueza possível, nas ‘*benesses*’ do atual modo de produção. Reafirma ainda que não podemos nos acomodar diante de conquistas que são reais e que merecem ser valorizadas, como as de movimentos sociais como o feminista, o negro, dentre outras causas que obtiveram algum resultado ao longo do século passado e início deste século. Mas devemos nos incomodar com o fato de que tais conquistas, com pautas específicas, não dão conta do enfrentamento do problema maior, que é a questão da dominação de uma classe social por outra. Neste momento Fadel explicita sua indignação com a desigualdade estrutural presente em nosso país e com a forma como vem sendo mantida ao longo dos séculos, a exemplo da estrutura fundiária que segue carecendo de reforma agrária. Nas falas de Rosângela, Eguimar e de outros colegas, foi abordado o fato de que o acesso e o uso da Terra pouco mudou, mesmo com o Estatuto da Terra (Lei de Reforma Agrária)<sup>1</sup>, de 30/11/1964, como lembrei, e de alguns passos nessa direção. Os privilégios da elite agrária – latifundiários e seus agregados –, que hoje compõem a maior bancada do congresso nacional, seguem intactos.

Para piorar a situação, iniciativas governamentais agravam seus impactos, como a mudança no código florestal (Lei nº 12.651, de 25/05/2012), que ampliou o desmatamento das margens de rios, córregos e mananciais; vendas de armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento<sup>2</sup>, que se soma ao abandono das políticas agrícolas para controle de preço de alimentos; ampliação das exportações, com outorga e incentivo estatal, inclusive na pandemia; ampliação de linhas de crédito aos “empresários rurais”; e manutenção das dificuldades de acesso a políticas públicas mantenedoras do pequeno e médio produtor no campo. Outro dado importante é a priorização pelo governo de Jair Bolsonaro à regularização de terras em detrimento da criação de novos assentamentos. Paulo Alentejano (2020 e 2022), em diálogo com outros autores, discute os mecanismos de *expropriação-apropriação-mercadorização* como estratégia do grande capital para manutenção da atual estrutura fundiária. Esse procedimento maquiavélico, que à primeira vista pode parecer bom para os assentados pelo acesso aos títulos de suas propriedades, serve apenas para devolver terra ao mercado imobiliário e, portanto, ao latifúndio. Isso porque os assentados, que já enfrentam dificuldades para se manter na terra por fragilidades nas políticas públicas, acabam por optar pela sua venda, devolvendo-as à elite agrária. Se considerarmos que esse processo foi intensificado em um cenário de crise econômica e ao longo de uma pandemia, percebemos o quão maléfica e ordinária é nossa elite. Por essas e outras razões, dentre as muitas que se expressam nas dificuldades enfrentadas pelo povo pobre da classe trabalhadora brasileira, seja no campo ou na cidade, é que comungo desse elogio ao pessimismo feito por Fadel. Quando jovem, por viver à periferia de Trindade, que é periferia de Goiânia, longe de ser o centro econômico do país, eu gostava de me classificar realista, fugia dos discursos otimistas por considerá-los muito fora da minha realidade. Porém, não conseguia me considerar pessimista, talvez por receio de não gozar de nenhuma esperança de mudança. Concordo com René Mendes (2011, p.15), ao prefaciá-lo livro “*Saúde, trabalho e direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória*”, ao destacar a indignação do Prof. Fadel acerca das *relações saúde-trabalho-direito e a justiça injusta*, mas a entendendo como alimentadora de uma esperança que ele acredita poder ser mais aprofundada pelo autor. Ontem, ao longo da reunião, especialmente na referida fala, tive a certeza que eu já vivia de maneira pessimista, porém tentando praticar a esperança como a defende Paulo Freire, com sua ideia do esperar. A esperança como verbo nos coloca em movimento. Isso somado a uma visão pessimista, somado à premissa de que se não lutarmos muito, a tendência é só piorar, talvez consigamos as mudanças das quais necessitamos. Que possamos, todavia, nos inspirar na D. Elizabeth Teixeira, mulher de luta, mulher da terra, para seguir batalhando por um mundo melhor, com mais justiça social e fora da receita do otimismo capitalista, que normaliza as mazelas da maioria exaltando as conquistas de poucos. ■ ■ ■

Referências: Alentejano P. Contrarreforma agrária, violência e devastação no Brasil. *Trabalho Necessário*, v.20, p.01-30, 2022. // Alentejano P. As políticas do governo Bolsonaro para o campo: a contrarreforma agrária em marcha acelerada. *Revista da Anpege*, v.16, p.351-90, 2020.

Notas: 1. O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964) foi reforçado e regulamentado pela Lei nº 8.629, de 25/02/1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária (CRFB 1988, Título VII, Cap. III). // 2. Ações iniciadas no Governo Temer e intensificadas no desgoverno de Jair Bolsonaro.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, a perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.